



Objeto: Conclusão da Construção da Creche Pró Infância - Tipo I

Local: Estrada Municipal Sabina Baptista de Camargo nº 3031, - Jd. Novo Ângulo – Hortolândia / SP.

Para fins de comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, as licitantes deverão apresentar:

1. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA ou CAU da Proponente e do Responsável Técnico, dentro do prazo de validade. Para o fim de comprovar o(s) registro(s) do(s) responsável (eis) técnico(s), também será aceita certidão de registro ou inscrição da empresa onde conste(m) o(s) nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s).
2. Comprovação de aptidão (capacitação técnico-operacional) para a realização das obras e serviços objetos da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito privado ou público, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, demonstrando que a empresa licitante tenha executado obras/serviços similares com o objeto da licitação. Para tal comprovação, será(ão) aceito(s) atestado(s) contendo, no mínimo, as seguintes atividades de maior relevância e valor significativo (Súmula nº 24 – Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo), conforme segue:

2.1. Execução de obras e serviços, contendo, no mínimo:

Alínea	Parcela de Maior Relevância e Valor Significativo	Quantidade
A	Esquadrias de Alumínio (Itens 3.3.1 a 3.3.7 e 3.5.1 a 3.5.15 da planilha orçamentária)	134,00 un
B	Cabo de cobre (Itens 14.3.1 a 14.3.12 da planilha orçamentária)	7.095,00 m
C	Revestimento Cerâmico (Itens 5.1 a 5.5 e 6.1.3 a 6.1.4 da planilha orçamentária)	686,00 m ²



3. Comprovação de aptidão (capacitação técnico-profissional) para a realização das obras e serviços objetos da presente licitação, relativas às parcelas de maior relevância, conforme abaixo relacionadas, através de Certidões de Acervo Técnico, demonstrando a execução, por seus profissionais de nível superior, de obras e serviços de características similares com o objeto com o objeto da licitação. Para tal comprovação, será(ão) aceito(s) atestado(s) contendo as seguintes atividades de maior relevância e valor significativo (Súmula nº 23 – Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo), conforme segue:

3.1. Execução de obras e serviços, constando, no mínimo:

Alínea	Parcela de Maior Relevância e Valor Significativo
A	Esquadrias de Alumínio (Itens 3.3.1 a 3.3.7 e 3.5.1 a 3.5.15 da planilha orçamentária)
B	Cabo de cobre (Itens 14.3.1 a 14.3.12 da planilha orçamentária)
C	Revestimento Cerâmico Itens 5.1 a 5.5 e 6.1.3 a 6.1.4 da planilha orçamentária)

Os atestados referidos nas alíneas de “A” a “C” do subitem acima deverão ter sido emitidos na conformidade do enunciado na Súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

As parcelas indicadas como sendo de maior relevância, para fins de comprovação de qualificação técnica dos itens “2.1” e “3.1”, também possuem valores significativos no contexto dos serviços a serem executados e estão de acordo com as Súmulas nºs. 23 e 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4. Declaração expressa e formal da disponibilidade das máquinas e equipamentos necessários para a realização do objeto licitado, à época de sua utilização e durante o prazo de duração do contrato, sob pena das sanções cabíveis.



5. Os profissionais indicados pela proponente para fins de comprovação da capacidade técnica, deverão participar efetivamente da obra ou serviço, admitindo sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato.
6. A comprovação a que se refere à qualificação técnica-operacional poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser o licitante.
7. Não serão admitidos atestados emitidos em favor de empresas ou cooperativas subcontratadas pela licitante.
8. Declaração de que, se vencedora do certame, providenciará, até a assinatura do contrato, as instalações necessárias para execução dos serviços licitados.
9. Declaração da licitante assinada por seu representante legal, informando que não participará desta licitação e da execução de seu objeto, direta ou indiretamente: o autor dos projetos básicos, pessoa física ou jurídica; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos moldes do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.
10. Declaração de que cumprirá, caso seja a vencedora do certame e se for compatível com o objetivo licitado, o estabelecido nas Leis Municipais nºs. 2.313 de 24/11/2009 e 2.529 de 04/04/2011 e também o disposto no Decreto Municipal nº 2.347 de 27/08/2010.
11. As empresas licitantes deverão apresentar composições de todos os preços unitários (CPU), de todos os itens da planilha, inclusive com a indicação e composição completa do B.D.I. e Encargos sociais adotados. Os cálculos do B.D.I. deverão obedecer ao Acórdão 2.622/2013 com redação final dada pelo Acórdão nº 2.440/2014 – Plenário. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante.



11.1. Os preços unitários deverão ser elaborados conforme Decreto Federal n.º 7983/2013.

12. A proposta de Preços deverá conter Planilha Orçamentária e Cronograma, conforme modelos anexos. O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global obedecerá ao disposto no art. 40 – inciso X da lei nº 8.666/93, ou seja, não poderão exceder aos das planilhas indicadas pela Prefeitura para a presente licitação.

13. Declaração de Visita Técnica:

13.1. A Licitante deverá realizar visita técnica aos locais das futuras obras, para conhecimento dos locais, bem como de todos os fatores que possam vir a interferir na execução das futuras obras, a fim de assumir responsabilidades futuras, com referência às condições existentes, bem como das futuras proposições.

13.2. A visita deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Obras com o Engenheiro Julio Cesar Cassangel, através do telefone 3965-1400 ramal 8823. A Declaração de Visita Técnica (modelo anexo A), que ao final será assinada pelo servidor que a acompanhar, deverá ser preenchida pelas licitantes e deverá ser apresentada no envelope 1 – Habilitação.

14. Será permitida a subcontratação de até 30% (trinta por cento) dos serviços contratados, exceto os serviços indicados como parcelas de maior relevância e valor significativo para a comprovação da qualificação técnica, desde que precedida de autorização expressa e escrita do gestor e do fiscal do contrato, com relação aos serviços que poderão ser subcontratados, sendo que a subcontratação se dará sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais do contratado.

15. Será permitida a formação de consórcio formado por, no máximo, duas empresas.

OBSERVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

1. O critério de julgamento das propostas comerciais será pelo menor valor global e o regime de execução será de empreitada por preços unitários.
2. As medições serão realizadas a cada 30 (trinta) dias.
3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Prefeitura Municipal de Hortolândia, em 5 dias úteis após a liberação do recurso pelo agente conveniado.
4. Após 12 (doze) meses os preços poderão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE, tendo como base a data da apresentação das propostas.
5. A CONTRATADA deverá efetuar a matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS – CEI – junto à Receita Federal e apresentar a comprovação do recolhimento das respectivas contribuições a cada medição e antes do pagamento. O recebimento definitivo do objeto contratado ficará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da Certidão Negativa de Débitos – CND – da referida CEI.
6. Prazo de execução – 06 (seis) meses.

ANEXOS

1. – MODELO – Declaração de Visita Técnica – Anexo A
2. – MODELO - Memória de Cálculo de medição
3. – MODELO - Diário de Obra